

**FAT – FACULDADE E ESCOLA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

VINICIUS ANTONIO BIANCHI

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NA
GESTÃO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS**

TAPEJARA

2025

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1 GESTÃO DA ENTIDADE	4
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL	5
2.2.1 Linha do tempo: de exigência legal à ferramenta estratégica	5
2.2.2 Principais marcos normativos e conferências internacionais.....	5
2.3 CONCEITOS E FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL	6
2.3.1 Definição, objetivos e princípios.....	6
2.3.2 Diferença entre contabilidade tradicional e Ambiental	6
2.4 INSTRUMENTOS E PRÁTICAS APLICADAS	7
2.4.1 Indicadores e relatórios ambientais	7
2.4.2 Ferramentas de gestão (ISO 14001, relatórios ESG, balanço socioambiental).....	7
2.5 CONTABILIDADE AMBIENTAL: CONCEITO E DEFINIÇÃO.....	8
2.6 INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL	9
2.6.1 Legislação Ambiental e sua relação com a Contabilidade.....	10
2.7 IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA GESTÃO ORGANIZACIONAL	11
2.8 PERSPECTIVAS FUTURAS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL	12
2.8.1 Tendências relacionadas à agenda ESG	12
2.8.2 Papel da tecnologia (softwares, big data, IA).....	13
2.8.3 Integração cada vez maior com a contabilidade financeira	13
2.8.4 Benefícios e Contribuições para a Gestão Empresarial	13
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	13
4. ESG NA PRÁTICA	14
4.1 SLC AGRÍCOLA	14
4.2 AMAGGI.....	18
5 .RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	24

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a contabilidade ambiental e sua relação com a aplicação prática dos princípios ESG nas organizações. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, baseou-se em autores contemporâneos que discutem sustentabilidade corporativa, gestão ambiental e responsabilidade socioeconômica. Os resultados evidenciam que a contabilidade ambiental fornece instrumentos essenciais para mensurar, registrar e divulgar os impactos ambientais, contribuindo para maior transparência e para a tomada de decisão sustentável. Observou-se também que a integração entre a contabilidade ambiental e as práticas ESG fortalece a gestão estratégica, reduz riscos, amplia a competitividade e melhora a percepção de valor por parte de investidores e da sociedade. O estudo contribui ao demonstrar a relevância da contabilidade ambiental como base informacional indispensável à governança sustentável e às estratégias de responsabilidade corporativa.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental; ESG; Sustentabilidade; Gestão organizacional; Transparência.

ABSTRACT

This article aims to analyze environmental accounting and its relationship with the practical application of ESG principles within organizations. The research adopts a qualitative and bibliographic approach, based on contemporary authors who discuss corporate sustainability, environmental management, and socio-economic responsibility. The results indicate that environmental accounting provides essential tools for measuring, recording, and disclosing environmental impacts, contributing to greater transparency and supporting sustainable decision-making. The study also shows that the integration between environmental accounting and ESG practices strengthens strategic management, reduces risks, increases competitiveness, and enhances the perception of value among investors and society. This work contributes by demonstrating the relevance of environmental accounting as an indispensable informational basis for sustainable governance and corporate responsibility strategies.

Keywords: Environmental accounting. ESG. Sustainability. Organizational management. Transparency.

1 INTRODUÇÃO

Com a iminente globalização, trazendo novas mudanças nos cenários econômicos mundiais, elevou-se a dimensão do entendimento sobre bem estar social e ambiental. Desta maneira o meio ambiente foi evidenciado e associado diretamente ao bem estar humano, trazendo novas formas de dimensionar sua importância na sociedade e no meio econômico.

A partir da década de 1970, impulsionadas pelas crescentes crises ambientais globais, pelas conferências internacionais sobre meio ambiente e pela pressão da sociedade civil organizada, as empresas passaram a repensar sua forma de operar diante dos impactos ecológicos gerados. Inicialmente vistas como entes puramente econômicos, muitas organizações começaram a ser responsabilizadas por danos ambientais decorrentes de suas atividades, o que resultou na adoção de práticas mais conscientes e voltadas à sustentabilidade. Nesse contexto, emerge a contabilidade ambiental como uma resposta à necessidade de mensurar, evidenciar e gerenciar os efeitos socioambientais das operações empresariais (MARION, 2012).

Ao longo dos anos, a contabilidade ambiental evoluiu de uma abordagem legalista e reativa voltada apenas ao atendimento de exigências normativas para uma ferramenta estratégica, que antecipa riscos, orienta investimentos e subsidia decisões de longo prazo. Essa transformação reflete a própria mudança de paradigma na contabilidade, que deixa de ser apenas um instrumento voltado à elaboração de relatórios financeiros e passa a assumir uma função mais abrangente, integrando dimensões econômicas, sociais e ambientais na geração de informações úteis à gestão organizacional (MARION, 2012).

A sustentabilidade empresarial, nesse cenário, deixa de ser um conceito periférico para se tornar parte central da estratégia das organizações. Ela propõe a conciliação entre o desempenho econômico, a responsabilidade social e a preservação ambiental, contribuindo para a longevidade dos negócios e para a manutenção dos recursos naturais necessários à produção e à vida (BARBIERI, 2011). Assim, adotar práticas de contabilidade ambiental não é apenas uma questão de conformidade legal, mas também de competitividade e de sobrevivência em um mercado cada vez mais exigente.

Com a ampliação das demandas por transparência, responsabilidade e comprometimento com os princípios ESG (ambientais, sociais e de governança), a contabilidade ambiental tem se consolidado como uma ferramenta essencial para avaliar como as empresas se posicionam frente às suas obrigações socioambientais. Ao integrar dados financeiros com informações sobre os impactos ambientais das atividades empresariais, ela

atende às exigências de investidores, consumidores, órgãos reguladores e instituições de financiamento que priorizam práticas sustentáveis e responsáveis (RIBEIRO; MOTA, 2007).

Além disso, uma contabilidade ambiental eficaz se tornou um diferencial competitivo. Atualmente, instituições financeiras consideram o desempenho ambiental das empresas ao oferecer linhas de crédito, especialmente no âmbito de financiamentos verdes, que oferecem taxas reduzidas ou condições facilitadas para organizações ambientalmente comprometidas. Da mesma forma, certificações como a ISO 14001, voltada à gestão ambiental, exigem registros confiáveis e sistematizados dos aspectos ambientais das operações empresariais o que só é possível com uma contabilidade ambiental estruturada. Esses fatores contribuem diretamente para a imagem institucional, reputação no mercado, atração de investimentos e mitigação de riscos legais e financeiros (RIBEIRO; MOTA, 2007).

Portanto, a contabilidade ambiental representa, na contemporaneidade, não apenas um requisito legal, mas uma ferramenta estratégica imprescindível para a gestão sustentável, agregando valor à empresa e contribuindo para sua inserção em um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e responsável, assim não apenas evidenciando o valor econômico, mas sim o valor social, trazendo as soluções para alguns problemas na sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO DA ENTIDADE

Com a globalização, pequenos, médios e grandes empresários, competem cada vez mais, pelo espaço chamado mundo dos negócios, e precisam se adequar as frequentes mudanças para dar continuidade à suas entidades, buscando geração de caixa futuro.

Assim Gestores de sucesso não podem simplesmente memorizar respostas a problemas, nem podem fazer exatamente o que seus pais faziam. Alguns gestores tomam decisões por hábito. [...], No entanto os bons gestores aprendem a estar sempre repensando suas decisões à medida que as condições econômicas, tecnológicas e ambientais mudam. (KAY, EDWARDS, DUFFY, 2014, p.15).

Assim, com a globalização, a contabilidade em toda a sua área de atuação é indispensável para qualquer entidade, seja ela com ou sem fim lucrativo.

Segundo Padoveze:

Para que a informação contábil seja usada no processo de administração é necessário que essa informação contábil seja desejável e útil para as pessoas responsáveis pela administração da entidade. Para os administradores que buscam a excelência empresarial, uma informação, mesmo que útil, só é desejável se conseguia a um custo adequado e interessante para a entidade. A informação não pode custar mais de que ela pode valer para a administração da entidade (Padoveze 1994, p.33):

Para qualquer estilo de gestão, seja ela pequena ou grande, planejada ou não, a contabilidade é primordial para a sua sustentabilidade.

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

A trajetória da contabilidade ambiental pode ser compreendida por meio de uma linha do tempo que reflete sua transição de uma mera exigência legal para um instrumento estratégico de gestão.

2.2.1 Linha do tempo: de exigência legal à ferramenta estratégica

Nos anos 1970 e 1980, o aumento da conscientização ambiental e a criação de legislações sobre poluição e controle de resíduos impulsionaram o surgimento de práticas contábeis voltadas ao meio ambiente. Inicialmente, essas medidas eram restritas ao cumprimento de normas legais e relatórios de conformidade.

A partir dos anos 1990, com o fortalecimento de conceitos como desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental, a contabilidade ambiental passou a integrar a estratégia corporativa. Tornou-se um meio de mensurar custos ambientais, avaliar impactos e apoiar decisões gerenciais. No século XXI, a crescente demanda por transparência e os avanços tecnológicos consolidaram a contabilidade ambiental como um componente essencial dos relatórios corporativos e das práticas de governança.

2.2.2 Principais marcos normativos e conferências internacionais

Alguns eventos internacionais foram determinantes para a consolidação da contabilidade ambiental:

Conferência de Estocolmo (1972): primeiro grande evento global sobre meio ambiente, que trouxe à tona a necessidade de políticas ambientais integradas à economia;

Relatório Brundtland (1987): introduziu o conceito de *desenvolvimento sustentável*, base teórica da contabilidade ambiental;

ECO-92 (Rio de Janeiro): reforçou a importância da responsabilidade ambiental corporativa e da integração entre economia e ecologia;

Protocolo de Kyoto (1997) e Acordo de Paris (2015): impulsionaram a criação de métricas e indicadores para medir emissões e impactos ambientais, incorporando essas informações aos relatórios contábeis.

2.3 CONCEITOS E FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

2.3.1 Definição, objetivos e princípios

A contabilidade ambiental pode ser definida como o ramo da contabilidade que identifica, mensura e evidencia as informações relacionadas à interação da empresa com o meio ambiente. Seus objetivos principais são:

Avaliar os custos e benefícios ambientais decorrentes das atividades empresariais, fornecer informações para decisões gerenciais sustentáveis, evidenciar a responsabilidade socioambiental das organizações.

Os princípios que a orientam incluem a transparência, a evidenciação adequada e o reconhecimento de ativos, passivos e despesas ambientais de forma integrada à contabilidade tradicional.

2.3.2 Diferença entre contabilidade tradicional e Ambiental

Enquanto a contabilidade tradicional concentra-se em mensurar o desempenho econômico e financeiro, a contabilidade ambiental amplia o foco para incluir os impactos ecológicos e sociais.

A tradicional preocupa-se com lucros e resultados; a ambiental, com a sustentabilidade e o equilíbrio entre lucro e preservação ambiental. Assim, ela agrega valor à empresa não apenas por seus resultados financeiros, mas também por seu desempenho ambiental e reputacional.

2.4 INSTRUMENTOS E PRÁTICAS APLICADAS

2.4.1 Indicadores e relatórios ambientais

Os indicadores ambientais permitem mensurar o desempenho sustentável das empresas, abrangendo aspectos como emissões de carbono, consumo de energia, tratamento de resíduos e eficiência no uso da água. Esses dados são consolidados em relatórios ambientais, que se tornam ferramentas de transparência e prestação de contas perante investidores, órgãos reguladores e a sociedade.

Segundo ARON BELINKY

A sigla ESG, derivada da expressão em inglês Environmental, Social and Governance, resume a proposta de que um negócio deve ser avaliado não só pelos critérios usuais do mercado, como rentabilidade, segurança, competitividade, resiliência, mas também pelos seus atributos ambientais, sociais e de governança corporativa. A justificativa, em termos simples, é de que as pressões decorrentes dos problemas globalmente enfrentados nesses campos estão levando a transformações profundas no ambiente de negócios. Empresas com fraco desempenho ESG tenderão a perder espaço, enquanto as que se destacarem positivamente serão cada vez mais valorizadas. Com base nessa tese apresentada pela primeira vez em 2005, no relatório Who Cares Wins¹, do Banco Mundial em parceria com o Pacto Global da ONU, cada vez mais investidores, gestores de ativos e dirigentes empresariais têm buscado critérios ESG para direcionar seus recursos, projetos e esforços. (2021 pg.44):

2.4.2 Ferramentas de gestão (ISO 14001, relatórios ESG, balanço socioambiental)

A ISO 14001 estabelece um sistema de gestão ambiental voltado à melhoria contínua e à prevenção de impactos. Os relatórios ESG vêm ganhando destaque ao integrar critérios ambientais, sociais e de governança na avaliação de desempenho empresarial. O Balanço Socioambiental complementa essas práticas ao demonstrar de forma qualitativa e quantitativa as ações ambientais e sociais da empresa.

2.5 CONTABILIDADE AMBIENTAL: CONCEITO E DEFINIÇÃO

A contabilidade Ambiental surge na necessidade demandada de uma nova sociedade globalizada, preocupada com o futuro, onde necessita, mensurar o impacto Ambiental em seus Negócios, para ter a continuidade de qualquer entidade, seja ela jurídica, física ou social.

A contabilidade ambiental é uma vertente da ciência contábil que tem como objetivo mensurar, registrar, analisar e evidenciar os impactos ambientais das atividades empresariais. Ela surge como uma resposta à crescente demanda da sociedade por maior responsabilidade socioambiental por parte das organizações. Com a intensificação das pressões ambientais globais, especialmente após conferências internacionais como a Eco-92 e a Rio+20, os profissionais da contabilidade passaram a considerar, em suas análises, não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais e ecológicos das atividades empresariais.

De acordo com Ribeiro (2003), a contabilidade ambiental pode ser entendida como “um processo de reconhecimento, mensuração e divulgação de eventos ambientais relevantes no contexto das demonstrações contábeis”. Essa definição ressalta o papel informativo da contabilidade no que diz respeito às externalidades ambientais, permitindo que gestores, investidores e demais stakeholders tenham acesso a dados relevantes para a tomada de decisões mais sustentáveis.

Santos (2005) complementa ao destacar que a contabilidade ambiental viabiliza a integração entre desempenho econômico e aspectos ecológicos, fomentando a sustentabilidade empresarial. A autora enfatiza que esse campo contábil vai além do simples registro de gastos e investimentos ambientais, assumindo uma função estratégica na governança organizacional. Ao evidenciar os impactos ecológicos em relatórios financeiros e não financeiros, a contabilidade ambiental amplia a transparência e favorece a construção de uma imagem institucional comprometida com o desenvolvimento sustentável.

No cenário contemporâneo, a contabilidade ambiental é compreendida como um instrumento essencial para a internalização dos custos ambientais, permitindo que estes sejam tratados com o mesmo rigor técnico que os demais elementos patrimoniais e financeiros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a contabilidade ambiental permite a conexão entre os sistemas econômicos e ecológicos, proporcionando a geração de indicadores que apoiam o planejamento de políticas públicas e estratégias empresariais sustentáveis.

Além disso, é possível perceber uma ampliação do escopo da contabilidade ambiental, que passa a dialogar com práticas de contabilidade gerencial, auditoria,

contabilidade de custos e relatórios integrados. Desta forma a contabilidade ambiental não se limita às obrigações legais, mas contribui com a análise de desempenho sustentável, o mapeamento de riscos socioambientais e a identificação de oportunidades para inovação verde, que ditaram sua continuidade e até mesmo gerar Caixa future, impactando diretamente no planejamento da entidade.

2.6 INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

Os indicadores de desempenho ambiental são ferramentas essenciais no âmbito da contabilidade ambiental, pois permitem avaliar, monitorar e reportar os efeitos das ações empresariais sobre o meio ambiente. Tais indicadores viabilizam a quantificação dos impactos ambientais, tornando possível a comparação entre períodos ou entre diferentes organizações, o que auxilia na elaboração de estratégias de mitigação de impactos e no aprimoramento da governança ambiental.

Dentre os principais indicadores utilizados pela contabilidade ambiental, destacam-se:

Investimentos ambientais: englobam os recursos financeiros destinados à aquisição de tecnologias sustentáveis, sistemas de controle de poluição, reflorestamento, educação ambiental e programas de compensação ambiental. Esses investimentos evidenciam o compromisso da organização com a prevenção e mitigação de danos ecológicos.

Custos ambientais: referem-se às despesas operacionais relacionadas à gestão de resíduos, tratamento de efluentes, auditorias ambientais, licenciamento ambiental e conformidade legal. A adequada mensuração desses custos permite avaliar a eficiência dos processos produtivos sob a ótica da sustentabilidade.

Passivos ambientais: compreendem as obrigações legais ou contratuais decorrentes de danos ambientais causados pelas atividades da empresa. Incluem desde provisões para recuperação de áreas degradadas até penalidades administrativas ou judiciais. O reconhecimento e evidenciação desses passivos é essencial para a transparência contábil.

Ativos ambientais: são bens e direitos que promovem a proteção ambiental ou contribuem para a redução de impactos negativos. Exemplos incluem áreas destinadas à conservação, certificados de créditos de carbono, licenças ambientais e sistemas de gestão ambiental certificados (como ISO 14001).

Ecoeficiência: relaciona a produtividade empresarial ao impacto ambiental gerado, promovendo a ideia de "produzir mais com menos impacto". Indicadores de ecoeficiência permitem avaliar a relação entre insumos utilizados, resíduos gerados e produtos finais, favorecendo a melhoria contínua dos processos.

Além desses, destaca-se o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que avalia o desempenho de empresas listadas na bolsa brasileira com base em critérios ambientais, sociais e de governança (ESG). O ISE funciona como um parâmetro de boas práticas corporativas, incentivando a adoção de práticas responsáveis.

Esses indicadores auxiliam não apenas no cumprimento das exigências legais e regulatórias, mas também na geração de valor, à medida que refletem a responsabilidade socioambiental da organização e seu comprometimento com práticas sustentáveis.

2.6.1 Legislação Ambiental e sua relação com a Contabilidade

O marco legal brasileiro referente à proteção ambiental é robusto e impõe às empresas uma série de obrigações voltadas à prevenção de danos ecológicos, à reparação de impactos e à transparência na gestão ambiental. A contabilidade, nesse contexto, atua como ferramenta de conformidade, garantindo que os registros contábeis estejam em harmonia com os dispositivos legais.

A Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, é uma das legislações fundadoras da responsabilidade ambiental empresarial. Ela determina que o poluidor é obrigado a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente, princípio este que fundamenta a obrigação de reconhecer contabilmente os passivos ambientais.

A Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) estabelece sanções administrativas, civis e penais para condutas lesivas ao meio ambiente. Sua relevância para a contabilidade ambiental está no fato de que tais penalidades devem ser refletidas nas demonstrações financeiras, por meio do reconhecimento de provisões e contingências conforme critérios técnicos estabelecidos.

Já a Lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, exige das organizações planos de gerenciamento de resíduos, o que implica investimentos em infraestrutura, monitoramento e relatórios. Tais investimentos e custos devem ser registrados e evidenciados pela contabilidade.

No âmbito das normas contábeis, destacam-se:

NBC T 15 – Normas Brasileiras de Contabilidade que tratam da divulgação de informações de natureza social e ambiental, incentivando a elaboração do Balanço Social e do Relatório de Sustentabilidade.

CPC 25 – Pronunciamento Contábil que disciplina o reconhecimento de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. É amplamente utilizado na mensuração de obrigações ambientais, especialmente aquelas sujeitas à incerteza quanto à sua ocorrência ou valor.

A entidade deve reconhecer um ativo biológico ou produto agrícola quando, controla o ativo como resultado de eventos passados, se for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade, e o valor justo ou o custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente.(CONSELHO NACIONAL DE CONTABILIDADE, 2010, NBC TG 29)

O CPC 29 orienta a mensuração do ativo biológico no item 12, devendo ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos descritos no item 30, em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável, nesses casos, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas. Já para o produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade, o pronunciamento contábil 29, no item 13, deve ser mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita e o valor assim atribuído representam o custo, no momento da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques, ou outro Pronunciamento aplicável. (CPC29 apud BAROSSO “et al” 2016, p.5)

Essas legislações e normas ampliam o escopo da atuação contábil, demandando uma abordagem mais integrada, ética e voltada à gestão de riscos ambientais. A conformidade com a legislação não apenas evita sanções, como também fortalece a reputação corporativa e a confiança dos investidores.

2.7 IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA GESTÃO ORGANIZACIONAL

A contabilidade ambiental assume um papel cada vez mais relevante na gestão estratégica das organizações. Em um contexto global marcado pela intensificação das mudanças climáticas, escassez de recursos naturais e crescente pressão por responsabilidade

corporativa, empresas que adotam práticas de contabilidade ambiental demonstram maior capacidade de adaptação e resiliência. Assim fortalecendo seu papel, social, ambiental e econômico, com mais solides, na economia, assim se fazendo possível o princípio de continuidade.

Entre os principais benefícios proporcionados por essa prática, destacam-se:

Cumprimento legal e mitigação de riscos: a contabilidade ambiental contribui para a identificação e gestão de riscos ambientais e jurídicos, possibilitando ações preventivas e corretivas.

Transparência: ao registrar de forma clara os impactos e investimentos ambientais, as empresas fortalecem sua governança corporativa e atendem às exigências dos stakeholders por maior transparência.

Vantagem competitiva: empresas que incorporam critérios ESG e práticas ambientais responsáveis tendem a atrair investidores institucionais, clientes conscientes e parceiros estratégicos, consolidando-se como líderes em seus setores.

Eficiência operacional: segundo Santos (2005), a adoção de controles ambientais contribui para o uso racional de insumos, redução de desperdícios e inovação em processos produtivos, resultando em ganhos operacionais e financeiros.

Sustentabilidade de longo prazo: a contabilidade ambiental integra o planejamento estratégico, promovendo a visão de longo prazo e a compatibilização entre crescimento econômico e conservação ambiental.

Assim, a contabilidade ambiental não deve ser vista apenas como uma exigência regulatória, mas como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento sustentável e a perenidade organizacional, tendo total impacto na sua continuidade e na geração de Caixa futuro.

2.8 PERSPECTIVAS FUTURAS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

2.8.1 Tendências relacionadas à agenda ESG

A agenda ESG vem transformando a forma como as empresas se relacionam com o meio ambiente e seus stakeholders. Espera-se que a contabilidade ambiental se torne um pilar central da governança corporativa, fornecendo dados para avaliar o desempenho sustentável e o impacto das operações.

2.8.2 Papel da tecnologia (softwares, big data, IA)

O avanço tecnológico permitirá maior integração e automação na coleta e análise de dados ambientais. Ferramentas baseadas em big data, inteligência artificial e softwares especializados tornarão os relatórios mais precisos, dinâmicos e confiáveis.

2.8.3 Integração cada vez maior com a contabilidade financeira

A tendência é que a contabilidade ambiental deixe de ser um sistema paralelo e se integre plenamente à contabilidade financeira, formando um modelo único de contabilidade integrada, capaz de refletir o desempenho econômico, social e ambiental das organizações.

2.8.4 Benefícios e Contribuições para a Gestão Empresarial

A contabilidade ambiental atua como um instrumento estratégico de apoio à gestão, fornecendo informações que orientam decisões sustentáveis e eficientes. Além de aprimorar o processo decisório, ela fortalece a imagem institucional e atrai investidores que valorizam práticas responsáveis, aumentando a competitividade no mercado. Também contribui para a mitigação de riscos legais e financeiros, ao possibilitar o controle de passivos e a prevenção de sanções ambientais.

Apesar dos avanços, a contabilidade ambiental ainda enfrenta desafios como os altos custos de implementação, a ausência de padronização nos relatórios e a resistência organizacional. Esses fatores dificultam a adoção ampla e efetiva da prática, especialmente em empresas de menor porte.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A Metodologia definiu os métodos para a construção da pesquisa, é fundamentando o trabalho do pesquisador.

Segundo Fachin (2003), o método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e método bibliográfico.

Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, como livros, artigos e outros documentos científicos.

Foram analisadas obras de autores reconhecidos na área de Administração Estratégica, incluindo livros, artigos acadêmicos e relatórios institucionais de entidades como o SEBRAE.

O objetivo foi reunir uma base teórica sólida que subsidiasse a discussão dos principais aspectos estratégicos aplicáveis às empresas.

4. ESG NA PRÁTICA

4.1 SLC AGRÍCOLA

Trazemos aqui a empresa SLC Agrícola, empresa do agronegócio, com um alto teto produtivo de grãos em nosso país, uma das maiores produtoras agrícolas do Brasil, expandiu rapidamente após abrir seu capital em 2007, quando arrecadou cerca de R\$ 490 milhões. Desse valor, a maior parte foi usada para comprar e arrendar terras, aumentando sua área de 117 mil ha para mais de 670 mil ha.

Essa expansão, financiada por investidores e fundos, reflete um modelo financeiro do agronegócio, voltado à valorização de ativos e lucro para acionistas, desta forma com inúmeros investidores espalhados pelo mundo, entenderam a importância das políticas socioeconômicas, que não afetam apenas o meio ambiente e social, mas sim para os investidores que estão a analisar seus relatórios socioambientais para a tomada de decisão.

Segundo Malatrasi e Bezerra (2024 *apud* SLC Agrícola, 2023)

Integrante das carteiras ISE B3, ICO2 B3 e IGPTW B3, a SLC Agrícola, fundada em 1977, é uma das maiores empresas na produção de soja, algodão e milho do país, além de trabalhar com criação de gado e sementes. A empresa possui fazendas localizadas em sete estados brasileiros, sendo eles Minas Gerais, Piauí, Mato Grosso, Bahia, Goiás, Maranhão e Mato Grosso do Sul, áreas de fronteira agrícola

no Cerrado. A SLC Agrícola foi também a primeira empresa de produção agrícola a abrir seu capital para compra de ações na bolsa de valores, em 2007. A composição acionária da SLC Agrícola é formada pelo Grupo SLC (propriedade da família Schneider Logemann), que controla a empresa, com 53,92% das ações; e a Diretoria e o Conselho de Administração Fiscal, com 0,39% juntos. Cerca de 2,23% das ações são retidas em tesouraria e as demais 43,47% ficam em free float no mercado para serem negociadas (SLC Agrícola, 2023).

Segundo Maltrasi e e Bezerra (2024 *apud* SLC Segundo reportagem da Agência Pública a SLC Agrícola):

[...] também está associada ao investidor britânico Crispin Odey, um dos principais financiadores do movimento Brexit, no Reino Unido. Documentos apresentados pela SLC ao mercado financeiro em 2023 revelam ainda, entre seus sócios, uma série de fundos de investimento de categorias trabalhistas dos Estados Unidos, como dos professores aposentados da Califórnia, dos servidores públicos do Alaska, do Novo México e do Missouri, dentre outros. Grandes investidores do sistema financeiro global também estão associados à SLC, por meio de fundos ligados a JP Morgan Chase, Vanguard e BlackRock – três grupos acusados por organizações indígenas de financiarem projetos nocivos à Amazônia (Paes, 2023, s/p).

Segundo Maltrasi e e Bezerra (2024 p.157):

A participação de fundos de investimentos na composição acionária da empresa torna a SLC Agrícola mais sensível às demandas trazidas pela perspectiva do ESG e mais preocupada em mostrar ao investidor as políticas sociais, de governança e de cuidado com o meio ambiente aplicadas pela corporação. Prova disso é que o documento de apresentação Geografia (Londrina) v. 33. n. 2. pp. 149 – 166, julho/2024. 157 ISSN 2447-1747 Agronegócio e Fundos de Investimento ESG no Brasil: impactos socioambientais para os investidores elaborado pela empresa conta com um tópico específico sobre as práticas ESG, com detalhes sobre mudanças climáticas, sistema de gestão ambiental, impactos socioeconômicos, diversidade, inclusão, certificações, ética e compliance, inovação e gestão de risco. As estratégias utilizadas por essas corporações são baseadas, principalmente, no uso corporativo do território que se manifesta espacialmente e socialmente através do poder econômico, político e tecnológico exercido por elas, sendo legitimadas e potencializadas por ações simbólicas, sobretudo o discurso massivamente difundido e enraizado que garante ações em sua defesa (Amaral, 2023, p. 78)

Perante ao estatuto e a ação no mercado pela empresa e das suas amplas movimentações financeiras, abranger-se que a entidade se movimentou para a observação e práticas aos pleitos trazidos pelo ESG.

Segundo Maltrasi e e Bezerra (2024 *apud* SLC Segundo reportagem da Agência Pública a SLC Agrícola):

O foco da presente investigação. Nos documentos publicados pela SLC Agrícola constam investimentos de R\$ 627 mil para lançar, em 2022, o programa Educando para a Vida, voltado a professores e gestores de escolas das comunidades onde a empresa está localizada. O valor representa cerca de 0,008957% da receita líquida da corporação. Segundo a SLC (2023, p. 57), “[...] o escopo do projeto é fomentar o desenvolvimento de crianças, por meio de uma solução tecnológica em modelo híbrido, com foco em competências socioemocionais e apoio pedagógico a profissionais da educação e aos pais e responsáveis”. Ainda, o relatório da empresa destaca que foram investidos R\$ 70 mil para ampliar a Escola Municipal Anita Studer, em Santa Filomena (PI), na comunidade de Sete Lagoas. Além disso, o documento destaca duas parcerias para o desenvolvimento de hortas comunitárias por meio do Projeto Horta Agroecologia Periférica com o Centro de Educação Ambiental (CEA) e com a Associação de Cultura de Hip Hop de Esteio. Segundo a empresa, ao longo de 12 meses, foram investidos R\$ 324 mil (aproximadamente 0,004629% da receita líquida) para construir as hortas, localizadas na Escola Municipal de Educação Infantil Vovó Geografia (Londrina) v. 33. n. 2. pp. 149 – 166, julho/2024. 159 ISSN 2447-1747 Agronegócio e Fundos de Investimento ESG no Brasil: impactos socioambientais Belinha, na Vila Bom Jesus e no complexo do Museu da Cultura do Hip Hop RS, localizados em Porto Alegre, onde fica a matriz do grupo SLC.

Ainda em 2024 a empresa traz em seu Relatório de atividades, uma continuação no investimento na área socio ambiental, o Programa Semeando Sustentabilidade, programa focado na educação ambiental.

Segundo SLC (2024, p 20)

A trajetória do Programa de Educação Semeando Sustentabilidade ganhou novos contornos em 2024, solidificando seu papel como agente transformador no ensino da educação ambiental. Nascido da parceria técnica entre o Instituto SLC e o Instituto Venturi para Estudos Ambientais, o programa continua a perseguir seu propósito fundamental: qualificar o ensino da educação ambiental em escolas públicas, integrando uma perspectiva estratégica de futuro que transcende a temporalidade das ações pontuais. Desde sua concepção, o Semeando Sustentabilidade trabalha com a premissa de que a sustentabilidade não é apenas um conteúdo a ser ensinado, mas um elemento central que permeia todas as disciplinas escolares. Esta abordagem transversal prevista na Lei nº 9795/99 (alterada pela Lei nº 14.926/2024) permite que os educadores incorporem princípios de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável em suas práticas pedagógicas cotidianas, independentemente da matéria que lecionam. Em 2024, o programa expandiu significativamente sua área de atuação no Nordeste e Centro-Oeste brasileiro, concentrando esforços nos municípios de Correntina, Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, na Bahia; Querência, no Mato Grosso; e Balsas, no Maranhão. O impacto desta expansão traduziu-se em números expressivos: 302 professores capacitados e aproximadamente 7.200 alunos beneficiados indiretamente, criando um efeito multiplicador que potencializa o alcance das iniciativas

A partir das informações divulgadas no Relatório de Administração da SLC Agrícola, ressalta-se que a empresa adota um conjunto de práticas ambientais mensuráveis,

evidenciadas por indicadores que demonstram investimentos contínuos em tecnologias sustentáveis e manejo responsável.

Segundo a Tabela 1:

Sociais internos	2022	2023	2024	Varição 2024/23
Número de colaboradores	5.220	5.757	6.065	5,4%
- Homens	4.632	5.100	5.251	3,0%
- Mulheres	588	657	814	23,9%
Frentes ambientais	Safra 2021/22	Safra 2022/23	Safra 2023/24	Varição safras 2023/24 e 2022/23
Aplicação localizada de defensivos	R\$ 3,9 milhões economizados	R\$ 82 milhões economizados	R\$ 86 milhões economizados	4,9%
Plantas de cobertura ⁽¹⁾	142.519 ha	211.884 ha	220.939 ha	4,3%
Plantio direto, cultivo mínimo e preparo reduzido* (área física plantada de 1ª safra)	90% da área física plantada*	93% da área física plantada*	96% da área física plantada*	3 p.p.
Defensivos biológicos ⁽²⁾	1.985.698 ha	3.681.989 ha	5.164.086 ha	40,3%
Área plantada	Safra 2021/22	Safra 2022/23	Safra 2023/24	Varição safras 2023/24 e 2022/23
Área total	671.946 ha	674.384 ha	661.342 ha	-1,9%
Produtividade (kg/ha)	Safra 2021/22	Safra 2022/23	Safra 2023/24	Varição safras 2023/24 e 2022/23
Algodão em pluma 1ª safra	1.682	2.000	1.995	-0,2%
Algodão em pluma 2ª safra	1.305	2.037	1.827	-10,3%
Caroço de algodão (caroço mais semente)	1.833	2.491	2.402	-3,6%
Soja (comercial mais semente)	3.974	3.904	3.264	-16,4%
Milho 2ª safra	6.303	7.708	7.093	-8,0%
Destaques financeiros (R\$ mil)	2022	2023	2024	Varição 2024/23
Receita líquida	7.373.034	7.230.583	6.915.764	-4,4%
Resultado operacional	2.505.293	1.935.181	1.513.149	-21,8%
Lucro líquido	1.336.733	937.980	481.723	-48,6%
Investimentos/Imobilizado/Capex	609.348	1.025.475	1.100.302	7,3%

Fonte: SLC Agrícola. *Relatório de Administração*, p.14, 2024.

Entre os principais indicadores ambientais divulgados, destacam-se a economia financeira obtida com aplicação localizada de defensivos, que atingiu R\$ 86 milhões na safra 2023/24, além da ampliação do uso de defensivos biológicos, que passou de 3,68 milhões para 5,16 milhões de hectares, representando um crescimento de 40,3%. Também foram registradas práticas de conservação do solo, como plantio direto, preparo reduzido e adoção de plantas de cobertura em mais de 220 mil hectares.

Esses dados evidenciam que a mensuração ambiental na SLC não se limita à descrição de ações, mas envolve registros sistemáticos, comparativos entre safras e indicadores financeiros e operacionais que demonstram os efeitos diretos na eficiência produtiva e na redução de impactos ambientais, constituindo um exemplo de como métricas ambientais podem integrar relatórios corporativos e subsidiar análises de contabilidade ambiental. Assim vemos a importância da aplicabilidade do ESG, nas empresas pois não interfere apenas no ambiente social e ambiental, mas também no econômico, tornando a empresa mais responsável, e com mais competitividade no mercado dos investimentos.

4.2 AMAGGI

A empresa AMAGGI foi fundada em 1977 por André Maggi, no Paraná, inicialmente produzindo e vendendo sementes. Ao longo dos anos, a empresa ampliou para o Mato Grosso, onde iniciou a cultivo de grãos, tornando-se uma das iniciantes na agricultura mecanizada do Cerrado.

Nos anos seguintes, a empresa começou a diversificar suas atividades, atuando com logística, venda de grãos, energia renovável e exportação. Nos dias de hoje, é uma das maiores corporações do agronegócio brasileiro, com grande atuação internacional e intensa integração entre produção agrícola, transporte, armazenagem e sustentabilidade, juntando a cadeia inteira em sua operação.

A sede da empresa está em Cuiabá (MT), e a empresa mantém como princípios o desenvolvimento sustentável, a inovação e o fortalecimento da cadeia produtiva do agronegócio.

Segundo Relatório de ESG da AMAGGI (2024, p22):

A AMAGGI desenvolveu um Plano de Sustentabilidade que alinha suas ações e estratégias aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse compromisso é mantido em parceria com diversos atores, como organizações não governamentais, fornecedores, clientes e governos, reforçando a relevância do diálogo e da colaboração para alcançar resultados positivos. Por meio da atuação diligente da Diretoria de ESG, Comunicação e Compliance, os principais temas, projetos e iniciativas de sustentabilidade são apresentados aos Diretores e Acionistas durante as reuniões de Diretoria e do Comitê de Inovação e ESG. Esse processo visa assegurar que todos os níveis da liderança estejam cientes e alinhados com os objetivos sustentáveis da companhia. Além disso, é realizada uma reunião anual com a Alta Direção dedicada à Análise Crítica Socioambiental. Nesse encontro, é apresentada uma revisão abrangente dos avanços obtidos na implementação da estratégia de sustentabilidade ao longo do ano anterior, além de delinear as perspectivas de aprimoramento para o ano subsequente.

Segundo Relatório de ESG da AMAGGI (2024,p24), Pacto Global da ONU Desde 2009, a AMAGGI é signatária do Pacto Global, a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. A companhia segue os princípios relacionados a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, engajando seus stakeholders. Também atua

em plataformas como Ação pelo Agro Sustentável e Ação contra a Corrupção, contribuindo para avanços em sustentabilidade ambiental e governança no setor.

Ainda Segundo Relatório de ESG da AMAGGI (2024) Desde 2018, a AMAGGI é signatária do Protocolo Verde dos Grãos, uma iniciativa que promove a responsabilidade socioambiental na produção de grãos no estado do Pará. A companhia assegura que sua cadeia produtiva esteja livre de desmatamento ilegal e trabalho escravo, reforçando seu compromisso com práticas sustentáveis e éticas

No âmbito do ESG da empresa AMAGGI, ele tem um papel eficaz para fortificar e sustentar o modelo de negócio da empresa. Ao engajar suas práticas aos Objetivos e práticas de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Pacto Global da ONU, a empresa demonstra que alcança a sustentabilidade não apenas como uma exigência ética, mas como um fator estratégico de competitividade e credibilidade no cenário nacional e internacional.

Esses atos e ações fortalecem a confiança de investidores, clientes e parceiros, deixando claro que a empresa busca um crescimento totalmente responsável, com transparência e respeito ao social e ambiental. Quando se tem uma Diretoria exclusiva de ESG, Comunicação e Compliance e manter reuniões constantes, com periodicidade, com a alta gestão garante que as decisões empresariais estejam sempre alinhadas a padrões sustentáveis e de governança sólida.

Além disso, ao participar de iniciativas como o Protocolo Verde dos Grãos, a AMAGGI fortalece o compromisso de manter uma cadeia produtiva livre de desmatamento ilegal e de trabalho escravo, o que reduz riscos reputacionais e jurídicos, parâmetros muito apreciados pelos investidores tanto nacionais quanto internacionais.

Em resumo, o ESG é um pilar de solides e crescimento seguro para a AMAGGI, pois ele fortalece sua imagem empresarial, atrai capital responsável, melhora a eficiência de gestão e assegura que o crescimento econômico da empresa esteja vinculado à responsabilidade social e ambiental.

5 .RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão indicam que a adoção de práticas estratégicas impacta diretamente na sustentabilidade do negócio. Empresas que utilizam ferramentas como a matriz SWOT, com direcionamento socioambiental, ou seja, as práticas do ESG, demonstram

maior clareza sobre seus pontos fortes e fracos, o que contribui para uma gestão mais eficiente.

Assim Planejar o futuro é entender o mercado, Identificar oportunidades e riscos, melhorar a tomada de decisão, Resiliência a crises, Inovação contínua, Crescimento estável, Boa reputação, Gestão eficiente de recurso, tornam a entidade com continuidade atrelado ao meio ambiente para gerar valor compartilhado a sociedade, tornando-se sustentável.

Kaplan e Norton (1997) defendem que a implementação do BSC contribui para o alinhamento estratégico, promovendo um ciclo de melhoria contínua. Essa visão é corroborada por Oliveira (2012), que destaca a importância da definição de metas claras.

Contudo, a literatura também revela que muitos empresários desconhecem ou negligenciam essas ferramentas, muitas vezes pela cultura a qual estão inseridos, sempre fiz assim e sempre deu certo, ou muitas vezes, pela falta de capital humano, quando não se tem Pessoas para o empresário sair do operacional e ir para o estratégico, assim tornando engessado e com muitos gape, seu negócio. Essa lacuna evidencia a necessidade de maior capacitação e acesso à informação por parte dos menores setores da economia, onde pequenos negócios dominam por esforço e persistência muitas vezes e não por planejamento.

Portanto, investir em planejamento estratégico e capacitação é essencial para transformar a sobrevivência em sustentabilidade, garantindo a perenidade e o crescimento dos pequenos negócios.

A contabilidade ambiental representa uma mudança constante da ciência contábil diante dos desafios dos dias atuais. Mais do que uma obrigação legal, ela se afirmar como uma ferramenta estratégica para a sustentabilidade empresarial, integrando aspectos econômicos, sociais e ecológicos. Sua consolidação depende do avanço tecnológico, da padronização de relatórios e do fortalecimento da cultura organizacional voltada à responsabilidade socioambiental.

A partir da revisão bibliográfica e da análise dos relatórios corporativos, constatou-se que ambas as organizações incorporam mecanismos de monitoramento ambiental que ultrapassam o discurso institucional, apresentando métricas financeiras, operacionais e socioambientais que sustentam a tomada de decisão sustentável. No caso da SLC Agrícola, verificou-se a existência de dados mensuráveis, como economia de insumos, ampliação do uso de defensivos biológicos e indicadores de produtividade, que evidenciam a aplicação concreta de práticas ambientais alinhadas à contabilidade ambiental. Já na AMAGGI, observou-se que a integração entre ESG, governança e planejamento estratégico fortalece o

compromisso com cadeias produtivas responsáveis, mitigação de riscos e conformidade socioambiental.

Em síntese, a pesquisa e as análises das práticas de ESG da SLC Agrícola e da AMAGGI evidenciam que a sustentabilidade empresarial deixou de ser apenas um discurso e passou a representar um elemento estratégico de gestão e competitividade no agronegócio nacional e internacionalmente. As duas empresas entenderam que a adoção de políticas sociais, ambientais e de governança fortalece sua imagem institucional, atrai investimentos de todo o mundo e gera maior sustentabilidade nos negócios, e na continuidade da entidade.

Percebe-se que o ESG atua com ligação entre rentabilidade e responsabilidade, permitindo que o desenvolvimento econômico ande lado a lado com o comprometimento ético, social e ambiental. A incorporação dessas práticas demonstra que as entidades do setor agrícola, mesmo inseridas em um ambiente altamente competitivo e de forte impacto territorial, podem alinhar produtividade, inovação e respeito ao meio ambiente e a sociedade.

Assim, os efeitos indicam que o futuro do agronegócio sustentável brasileiro depende das práticas dessas estratégias, transformando o ESG em ações permanentes para decisões da gestão, garantindo não apenas lucro, mas também legitimidade, transparência e valor social às suas operações, ou seja, gerando valor compartilhado.

Portanto, para as empresas que ainda não implementaram o ESG, fica a sugestão de sua adoção, pois ela gera valor compartilhado, promovendo um crescimento sustentável para a entidade.

O correto seria que, em um primeiro momento, as empresas realizassem um levantamento diagnóstico, identificando o que de fato já está sendo feito — como o uso de energia renovável, a captação e reutilização da água, a gestão de resíduos, e também os possíveis impactos negativos que suas atividades causam ao meio ambiente, entre outros aspectos.

Além disso, é importante realizar um levantamento no âmbito social, para compreender a realidade da empresa e, a partir disso, definir soluções a serem implementadas, estabelecendo metas e um planejamento estruturado para a efetiva implantação das práticas de ESG.

O próximo passo seria criar uma Política Ambiental e Social, visando o bem-estar dos funcionários juntamente com o equilíbrio ambiental. Essa política deve contemplar ações práticas e contínuas, capazes de gerar impactos positivos no dia a dia da empresa.

Exemplos dessas ações incluem: reduzir o consumo de água em 15% ao longo de um ano, aumentar a matéria orgânica do solo na horta da empresa, separar corretamente os

resíduos, oferecer treinamentos sobre conscientização ambiental aos colaboradores, promover ginástica laboral, disponibilizar uma sala de leitura para os intervalos de turno, substituir pesticidas químicos por produtos biológicos e incentivar a equipe quanto ao bem-estar animal.

Essas práticas contribuem para um ambiente de trabalho mais saudável, produtivo e sustentável, fortalecendo a responsabilidade social e ambiental da organização.

Essas metas podem ser alinhadas através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU ou normas de certificação agrícola, para guiar as ações e metas a serem definidas.

Já na agricultura, a substituição de adubo químico por orgânico, inseticida e fungicida por biológicos, mostram uma grande ferramenta aliada ao meio ambiente, onde ajuda a controlar as pragas e doenças, com ferramentas que não prejudicam o meio ambiente.

Após implementar as métricas e ações, fazer os acompanhamentos é fundamental para se mensurar o impacto que está sendo alcançado com as mudanças e metas aplicadas, para assim continuar da forma que esta ou melhorar para se atingir o objetivo, e claro ter como meta a melhora continua.

A principal contribuição deste trabalho está em demonstrar que a contabilidade ambiental, quando articulada às práticas ESG, torna-se uma ferramenta essencial para garantir transparência, atratividade para investidores, eficiência produtiva e sustentabilidade organizacional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo simulou a estrutura de um trabalho científico conforme as normas da ABNT, abordando o tema da gestão estratégica nas empresas, e apresentou exemplos de duas organizações que aplicam, na prática, os princípios de ESG.

Ficou evidente, com base na revisão teórica, que ferramentas como a Análise SWOT e o Balanced Scorecard (BSC) são fundamentais para a sobrevivência e o crescimento das organizações, especialmente quando integradas às práticas de sustentabilidade e governança corporativa promovidas pelo ESG.

Espera-se que este modelo possa servir como referência para estudantes e iniciantes na pesquisa científica, contribuindo para o desenvolvimento de estudos que unam gestão estratégica, responsabilidade socioambiental e inovação empresarial.

Uma vez que contabilidade ambiental surge como uma evolução necessária, integrando aspectos econômicos, sociais e ecológicos e permitindo transparência e responsabilidade ambiental nas decisões. Para aplicar o ESG, recomenda-se iniciar com um diagnóstico das práticas ambientais e sociais da empresa, identificando impactos e oportunidades. A partir disso, definem-se metas e um plano de ação, como redução de consumo de água, manejo adequado de resíduos, uso de insumos sustentáveis, educação ambiental da equipe, bem-estar no trabalho e integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Na agricultura, a substituição de insumos químicos por biológicos e práticas regenerativas representa uma estratégia eficiente de proteção ambiental. Após implementar as ações, é essencial monitorar os resultados, avaliando o impacto alcançado e ajustando práticas, garantindo a melhoria contínua e a sustentabilidade de longo prazo.

Em conclusão, este estudo evidencia que a sustentabilidade empresarial e o ESG são pilares essenciais para o desenvolvimento econômico responsável. A adoção de práticas estratégicas, associadas à gestão ambiental e social, transforma o modo como as empresas se posicionam no mercado, fortalecendo sua imagem, competitividade e capacidade de gerar valor compartilhado.

As análises demonstram que investir em planejamento, diagnóstico e políticas voltadas ao bem-estar humano e ambiental não apenas reduz impactos negativos, mas também impulsiona a eficiência e a inovação. Assim, as empresas que integram o ESG em sua gestão constroem um caminho sólido rumo à perenidade, à transparência e à verdadeira sustentabilidade.

Em síntese, o estudo confirma que a contabilidade ambiental, integrada às práticas de ESG, fortalece a transparência, a gestão estratégica e a sustentabilidade no agronegócio. As análises da SLC Agrícola e da AMAGGI demonstram que ações socioambientais mensuráveis e devidamente evidenciadas impactam positivamente a credibilidade empresarial e a tomada de decisão.

Assim, reforça-se a importância da ampliação dessas práticas e do aprimoramento contínuo dos mecanismos de mensuração, consolidando o ESG como um pilar essencial para a competitividade responsável.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. *O caso da SLC Agrícola, que tem o FMI como acionista.* São Paulo: Agência Pública, 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/12/o-caso-da-slc-agricola-que-tem-o-fmi-como-acionista/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

AMAGGI. *Relatório Anual e de Sustentabilidade 2024.* Cuiabá: AMAGGI, 2024. Disponível em: https://www.amaggi.com.br/wpcontent/uploads/2025/06/RA2024_Amaggi-0406-PT.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

Barbieri, J. C. (2011). *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos* (3.^a edição). São Paulo: Saraiva.

BAROSSO, João et al. *Contabilidade e mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas: análise do CPC 29.* São Paulo: Atlas, 2016.

BELINKY, Aron. *ESG: princípios, práticas e caminhos para a sustentabilidade empresarial.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2021.

BELINKY, Aron. *Seu ESG é sustentável? Sustentabilidade empresarial é mais que um rótulo da moda e seguir apenas a atual onda pode ser um risco para o negócio e para a sociedade.* Artigo, 2021, p. 44.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum.* 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CREPALDI, Silvio Aparecido Crepaldi. **Curso Básico De Contabilidade.** São Paulo Atlas S.A. 2003.

FACHIN, Odília. *Fundamentos de metodologia.* 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. *A estratégia em ação: Balanced Scorecard.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAY, R.; EDWARDS, M.; DUFFY, M. *Administração: uma abordagem baseada em competências.* 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

MALATRASI, Larissa G.; BEZERRA, Juscelino E. *Agronegócio e Fundos de Investimento ESG no Brasil: impactos socioambientais.* Revista Geografia (Londrina), v. 33, n. 2, p. 149-166, jul. 2024. ISSN 2447-1747.

MALATRASI, Larissa Galli; BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. *Agronegócio e fundos de investimento ESG no Brasil: impactos socioambientais.* Revista Geografia (Londrina), v. 33, n. 2, p. 149–166, 2024.

MARION, Jose Carlos Marion. **Contabilidade Básica.** São Paulo Atlas S.A. 2012, b.
MARION, José Carlos Marion. **Contabilidade Básica.** São Paulo Atlas S.A. 2009, a.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Acordo de Paris*. Paris, 2015.

ONU – Organização das Nações Unidas. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 1972

ONU – Organização das Nações Unidas. *Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*. Kyoto, 1997.

PADOVEZE, Clovis Luís Padoveze, Contabilidade Gerencial. Ed. São Paulo Atlas S.A. 1994.

PAES, [primeiro nome se disponível]. “SLC: documentos mostram sócios com fundos de pensão dos EUA, JP Morgan, Vanguard e BlackRock”. *A Pública*, 2023. Disponível em: <URL da matéria>. Acesso em: 10 nov 2025.

RIBEIRO, Maísa de Souza. *Contabilidade ambiental*. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Maísa de Souza; MOTA, Francisco José da Costa. *Contabilidade Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2007.

SANTOS, Maria Clara de Souza. *Contabilidade ambiental e sustentabilidade: integração entre desempenho econômico e aspectos ecológicos*. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Maria Clara de Souza. *Contabilidade ambiental e sustentabilidade: integração entre desempenho econômico e aspectos ecológicos*. São Paulo: Atlas, 2005.

SLC AGRÍCOLA S.A. **Relatório de Administração 2024**. Disponível em: https://ri.slcagricola.com.br/informacoes-financeiras/central-de-esultados/?utm_source=chatgpt. comAcesso em: 24 nov. 2025.

SLC AGRÍCOLA. *Relatório de Atividades 2023*. Porto Alegre: SLC Agrícola, 2023.
SLC AGRÍCOLA. *Relatório de Atividades 2024*.